



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 215 / JANEIRO-FEVEREIRO 2023 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 6 **As reivindicações dos Sapadores Bombeiros junto do Governo**
- 7 **Chuvas fortes: encerramento do Arquivo Municipal e do Arquivo Fotográfico**
- 8 **Ausência de respostas da CML à limpeza urbana**
- 11 **Reunião STML/CML sobre profissões de desgaste rápido**
- 11 **Negociação: Caderno Reivindicativo das oficinas de reparação e manutenção mecânica**
- 17 **Pelos serviços administrativos e técnicos do município**
- 18 **CGTP-IN reúne os seus sindicatos em plenário**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 215 – JANEIRO-FEVEREIRO 2023

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

As perspectivas neste início de novo ano, não são muito distintas das que foram denunciadas pelos sindicatos da Frente Comum, entres eles o STML, nos últimos dois meses de 2022 sobre a política do governo. Seja no campo da não valorização dos salários e rendimentos dos trabalhadores, sejam as reivindicações ainda sem resposta sobre a reposição de um conjunto de direitos, além da revogação das matérias que agravam a vida de quem trabalha na função pública, como o actual sistema de avaliação de desempenho (SIADAP).

Não será de estranhar, portanto, que o caminho a percorrer nos próximos tempos, passe por mobilizar para a luta organizada dos trabalhadores em torno da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, desafio no qual o STML, no contexto mais vasto da Frente Comum e da CGTP-IN, está fortemente empenhado.

Luta pelo aumento dos salários em, pelo menos, 10% e não inferior a 100€, para todos os trabalhadores!

Para o **dia 9 de Fevereiro**, está desde já convocado pela CGTP-IN um **Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta**, com greves e paralisações em todos os sectores e em todo o País. **Em Lisboa, estaremos às 14h30 no Largo do Camões de onde sairemos para a Assembleia da República.** Exige-se o aumento geral dos salários, lutando contra o aumento do custo de vida e pelo controlo dos preços, contra a precariedade, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, em defesa dos serviços públicos e funções sociais do Estado, nomeadamente no SNS e na habitação.

Na realidade mais específica de Lisboa, o STML tem aprofundado as reuniões de trabalho com os responsáveis hierárquicos da CML de várias direcções municipais visando debater e encontrar respostas às reivindicações dos trabalhadores, seja da limpeza urbana, das oficinas de reparação e manutenção mecânica, jardins ou cemitérios, entre outros sectores de actividade. Valoriza-se ainda os trabalhos conjuntos – STML/CML – sobre a construção de uma proposta a enviar à Assembleia da República sobre a regulamentação das profissões de desgaste rápido.

No plano das juntas de freguesia, não podemos deixar de valorizar as decisões que finalmente repuseram a justiça em torno do pagamento do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP), nomeadamente em Santo António, Misericórdia e Santa Maria Maior, sem esquecer os devidos retroactivos. Sobre as restantes freguesias, o Sindicato mantém os objectivos em negociar os ACEP (ou renegociar nos casos onde já existem), propondo alcançar mais direitos para os trabalhadores, como os 3 dias de férias com avaliação positiva. Não esquecemos ainda, a reivindicação pelo pagamento dos suplementos de carácter permanente (Nocturno e SIP), durante os 12 meses, isto é, incluindo também o período de férias.

Nas empresas municipais, concluiu-se no fim do ano passado o acordo de revisão do Acordo de Empresa (AE) com a GEBALIS que irá valorizar em 2023 os rendimentos dos seus trabalhadores, não deixando o sindicato de exigir o respeito pelo AE no que toca à negociação salarial anual, seja na empresa referida, como na EGEAC. Aliás, prepararam-se os contactos com os trabalhadores para consensualizar uma proposta de aumento salarial. Na SRU e no MARL, já foram solicitadas novas reuniões às respectivas administrações para debater as propostas de AE, há muito consensualizadas entre STML e trabalhadores.

Este ano promete dificuldades crescentes para todos aqueles que dependem dos rendimentos do seu trabalho. Não é, porém, uma inevitabilidade, mas antes o resultado das opções políticas do governo PS. Caberá aos trabalhadores erguer a força necessária que lhes permita inverter os caminhos, que alguns nos tentam impor, de maiores injustiças e arbitrariedades.



SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Em inícios de Novembro, realizou-se uma reunião com a Junta de Freguesia, representada pelo seu Presidente José da Câmara. Sobre a existência de um número considerável de trabalhadores a recibos-verdes, o Executivo referiu a existência de concursos públicos de admissão de pessoal para a ocupação de 10 vagas de assistente operacional (higiene urbana) e de 3 assistentes técnicos. O Presidente espera que estes concursos sejam concluídos em Janeiro de 2023. O Executivo afirmou que este ano esperam abrir novos concursos, entretanto irá renovar para 2023 todos os contratos de prestações de serviços (recibos-verdes) que existem actualmente. O STML reivindica a integração no mapa de pessoal de todos os trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanente.

Sobre a proposta enviada pelo STML para a celebração de um novo ACEP, refere o Executivo que a mesma se encontra em avaliação pelo Departamento Jurídico. Por outro lado, irão proceder à majoração dos dias de férias conforme o ACEP em vigor com efeito nas férias deste ano. Sobre o processo da avaliação de desempenho (SIADAP), a Junta referiu que estão a fechar o ciclo avaliativo 2019/2020. O STML apresentou a proposta do pagamento dos suplementos de carácter permanente no período de férias, ficando a Junta de avaliar esta proposta.

MISERICÓRDIA E SANTA MARIA MAIOR

Ambas as Juntas de Freguesia procederam à actualização do valor do Suplemento de Insalubridade e Penosidade no passado mês de Dezembro, assim como o pagamento dos retroactivos devidos desde Janeiro de 2021. Uma decisão que o STML saúda porque há muito reivindicada. Relembramos que se tratava de uma luta antiga dos trabalhadores e do STML, cuja resolução foi alcançada graças à persistência e unidade entre todos, demonstrando sempre disponibilidade para aprofundar a luta caso fosse necessário.

PENHA DE FRANÇA

Em fins de Novembro, o STML reuniu com a Junta de Freguesia representada pela sua Presidente. Esclarecidas as dúvidas quanto à aplicação do n.º 6 da Cláusula 14ª do ACEP, descanso compensatório por Trabalho Suplementar em dia feriado, o STML enviou uma proposta de alteração, de forma a clarificar a actual redacção. O Executivo comprometeu-se a fazer o levantamento dos dias de folga acumulados pelos trabalhadores. O STML defendeu o pagamento dos suplementos remuneratórios de carácter permanente – nocturno e de insalubridade e penosidade – no período de férias, além dos respectivos retroactivos. O Executivo ficou de avaliar, fazendo depender a resolução da disponibilidade financeira da Junta.

Relativamente à proposta de Regulamento Interno de Fardamento, o STML enviou o seu parecer contendo as suas sugestões e observações. A Presidente informou que, após reparo do STML sobre as más condições em que o atendimento funcionava, este serviço foi colocado no espaço multiusos (Eduardo Galhardas), melhorando as condições de trabalho e as condições de atendimento ao público.

SANTO ANTÓNIO

A Junta de Freguesia que tinha procedido à actualização do valor do Suplemento de Insalubridade e Penosidade na categoria de assistente operacional, no passado mês de Outubro, pagou os retroactivos relativos ao ano de 2022, no processamento de Dezembro. Tratou-se de uma decisão que o STML então saudou. Relembramos que apesar de não estar totalmente satisfeita, trata-se de uma reivindicação dos trabalhadores e do seu sindicato, o STML. Aguardamos neste momento o pagamento dos retroactivos relativos ao ano de 2021, conforme o compromisso assumido pelo presidente desta autarquia com o sindicato, mantendo os trabalhadores a disponibilidade para a luta em torno deste justo objectivo.

A CML é a única accionista das empresas municipais da cidade de Lisboa e, como tal, cabe ao seu Executivo, actualmente presidido por Carlos Moedas, nomear as respectivas administrações. Interessa aqui destacar, naturalmente, as empresas que o STML acompanha, nomeadamente a EGEAC, GEBALIS e SRU.

Em Julho de 2022, em resposta às críticas e denúncias do STML proferidas em reunião pública de Câmara envolvendo os problemas que afectam os trabalhadores das três empresas referidas, Carlos Moedas afirmou ser também sua preocupação a defesa dos direitos e rendimentos destes trabalhadores.

Ora, se considerarmos os resultados obtidos verificados para 2022 na EGEAC (aumento de 2% em decisão unilateral do CA) e na GEBALIS (aumento de 1%, também em decisão unilateral do CA), ou a total ausência de negociação no caso da SRU (visando a celebração de um Acordo de Empresa), talvez fiquemos com a impressão de que a palavra do presidente da maior autarquia do país, seja mais de conveniência e oportunidade do que propriamente de empenho real e palpável.

Como sabemos, o tempo acaba sempre por nos demonstrar quem de facto influi com as suas opções, positiva ou negativamente, na vida de quem trabalha. Considerando a moda dos últimos meses, as opções até agora assumidas parecem menorizar claramente os interesses e as preocupações dos trabalhadores das empresas municipais de Lisboa.



Gebalis

No último trimestre do ano passado, tiveram lugar as negociações com a administração da empresa em torno da revisão do Acordo de Empresa (AE), além dos regulamentos pendentes. Alcançado o consenso possível, procedeu-se à assinatura destes documentos no dia 29 de Dezembro. No momento em que escrevemos este artigo, apenas o regulamento de saúde e segurança no trabalho se encontra ainda em negociação.

Contudo, não será despropositado relembrar o caminho percorrido, sublinhando algumas opções do CA que justificaram a contestação de ambos os sindicatos.

Neste sentido, em Abril de 2022 a nova administração comprometeu-se com STML e STAL em apresentar durante os meses de Maio-Junho desse mesmo ano uma proposta de reorganização orgânica, associando a revisão favorável aos trabalhadores da tabela salarial, matéria que obrigaria a uma negociação dos conteúdos do AE. O processo proposto pelo CA só viria a ser iniciado realmente em Outubro consubstanciando um atraso da sua inteira e exclusiva responsabilidade. Durante as reuniões realizadas em Novembro e Dezembro, para além de se debater

os conteúdos em causa do AE, também se negociaram vários regulamentos, como o da Avaliação de Desempenho.

Da parte de STML/STAL e fruto do processo negocial houve consenso com a administração nas principais matérias, nomeadamente a que diz respeito à valorização remuneratória, incluindo progressões dos próximos dois anos dos trabalhadores da GEBALIS já a partir de Janeiro de 2023.

Acresce que sobre o regulamento de Avaliação de Desempenho, o CA propôs a integração de quotas para a avaliação “acima das expectativas”, matéria contestada pelos sindicatos.

Tendo sido esta a posição assumida pelos sindicatos na mesa da negociação, foi transmitido por parte do CA, que a conclusão e celebração formal só avançaria envolvendo todas as matérias, ou seja, não só a revisão do AE e respectiva tabela salarial, mas também a aprovação dos respetivos regulamentos.

Após os plenários de trabalhadores, onde assumiram a inclusão dessas quotas, e apresentaram propostas para a negociação, como as diuturnidades, o alargamento a mais funções do Suplemento de Insalubridade e Risco, apoio aos transportes, os 5 dias de “férias frias” e o aumento de 5% na quota para as menções de “acima das expectativas”, a administração não cedeu a nenhuma destas reivindicações.

Neste contexto, os sindicatos, tendo em conta a vontade demonstrada pelos trabalhadores nos plenários, informaram o CA, a 22 de dezembro, que nada mais teriam a acrescentar, disponibilizando-se para proceder à assinatura formal destes documentos, o que veio a acontecer, como referido, a 29 de Dezembro.



Os dois últimos anos foram marcados por uma desvalorização salarial dos trabalhadores desta empresa municipal. Em 2021, a administração decidiu unilateralmente um aumento de 1%. Em 2022, com uma nova administração, o aumento foi de 2%. Em ambos os casos, a proposta defendida pelos trabalhadores, sufragada nos plenários realizados pelo STML, foi simplesmente ignorada. Aliás, a própria negociação que o AE determina teve o mesmo caminho.

É do conhecimento público os valores da taxa de inflação que de forma imediata dissiparam os referidos “aumentos”, quer para 2021, e principalmente para 2022. Este ano, as perspectivas não são mais optimistas.

Na prática, os trabalhadores da EGEAC viram os seus rendimentos diminuir por força do aumento do custo de vida, ou seja, de tudo! Dos bens essenciais, às rendas, gás, electricidade ou combustíveis, o sentido foi sempre crescente, enquanto os salários estagnaram, na prática caminhando pelo sentido decrescente.

Para 2023, o STML prepara desde já uma nova ronda de plenários com os trabalhadores para debater e consensualizar uma proposta de aumento salarial a apresentar à administração que retifique as disparidades e injustiças verificadas nos dois últimos anos (para não ir mais atrás no tempo). Sem ilusões, podemos afirmar que caberá aos trabalhadores demonstrar a força e a unidade necessárias à defesa das suas próprias reivindicações. O STML lá estará, ao lado de quem trabalha!



Em Outubro do ano passado, teve lugar a última reunião com a administração em torno da negociação de um Acordo de Empresa. Ficou consensualizado para inícios deste ano, nova ronda negocial, sempre na perspectiva de avançar e concluir o mais celeremente possível este processo. Sabemos que não é um caminho fácil, mas reafirmamos a confiança que nos caracteriza, sempre que abordamos questões vitais para a vida dos trabalhadores, neste caso do MARL. O STML espera em breve reunir com os seus associados para definir os melhores caminhos à defesa dos seus direitos e expectativas. Junto da administração, já foi formalizado um novo pedido de reunião, indo de encontro ao definido em Outubro, como supramencionado.



A SRU é a única empresa municipal da cidade que não tem qualquer instrumento de regulação colectiva. Há vários anos que o STML tem vindo a insistir com as sucessivas administrações para iniciar um processo negocial que procure consensualizar e instituir um Acordo de Empresa (AE). Até agora sem sucesso, acrescenta-se.

Com uma nova administração indigitada pelo atual presidente da CML, as expectativas aumentaram depois de uma resposta formal do CA ao Sindicato no verão passado, onde afirmaram estar a avaliar a proposta de AE enviada pelo STML. Esperemos que 2023 seja o ano em que de facto as negociações se iniciem e avancem de acordo com os direitos e expectativas dos trabalhadores da empresa, eles próprios corresponsáveis pela proposta que queremos debater e negociar. O STML já solicitou uma reunião à atual administração neste sentido.



As reivindicações dos Sapadores Bombeiros junto do Governo

No âmbito da revisão e conseqüente discussão de um novo diploma estatutário para os sapadores bombeiros, em fim de 2022 o STML apresentou ao Governo, por intermédio da Secretária de Estado da Protecção Civil, as principais reivindicações deste grupo profissional. No contexto do referido processo de revisão do estatuto profissional e, em termos mais amplos, no campo da melhoria e valorização das condições salariais e laborais dos trabalhadores da Administração Pública sintetizamos algumas das principais reivindicações apresentadas.

- **Aposentações** – Reforma aos 55 anos para o quadro de Praças – Sapador Bombeiro até Subchefe Principal. Reforma aos 60 anos para o quadro de Chefes – Chefe de 2.ª até Chefe Principal. Bonificação de 20% por cada ano de serviço (corresponde a 1 ano por cada 5 de serviço). Aposentação com 36 anos de serviço.
- **Aumentos salariais para 2023** – Entendemos que o aumento salarial para a carreira de bombeiro sapador não se deve ficar pelos 52€, reivindicando mais 52€, conforme foi atribuído aos trabalhadores da Administração Pública. Exigimos igualmente uma valorização salarial por antiguidade, preconizando um aumento de 2 escalões para trabalhadores acima de 30 anos de actividade e 1 escalão para trabalhadores com carreiras acima dos 15 anos.
- **Avaliação de desempenho** – Defendemos um sistema avaliativo sem quotas, a fim de permitir uma justa avaliação que permita a progressão em 3 anos.
- **Salário do um sapador bombeiro no início de carreira** – Em 2002, um sapador bombeiro no início de carreira auferia cerca de 2,7 vezes a remuneração mínima garantida. Passados vinte anos, em 2022, um sapador bombeiro no início de carreira auferia apenas 1,3 vezes a remuneração mínima garantida. Em função do exposto, pretende-se um vencimento base de 1 vez e meia o correspondente ao salário mínimo nacional para um sapador bombeiro no início de carreira, aplicando os suplementos remuneratórios para além deste valor.
- **Suplementos remuneratórios relativos ao ónus específico da prestação de trabalho** – Deverão ser desanexados da remuneração base e pagos nos seguintes termos:
 - Os suplementos referentes ao risco, penosidade e insalubridade deverão ficar regulamentados, fixando-se para a sua remuneração o acréscimo de 20% sobre a remuneração base.
 - Relativamente ao suplemento da disponibilidade permanente, entendemos ser necessário repor a percentagem de 14,5% existente aquando do Decreto-Lei n.º 106/2002.
- **Disponibilidade Permanente** – Entendemos que o recurso ao regime da **disponibilidade permanente** dever ser permitido **apenas e só** para as situações de calamidade ou sinistros em que o efectivo de socorro diário se mostre insuficiente para a prestação adequada naquela situação concreta de socorro, e nunca para, com a **disponibilidade permanente**, preencher ou colmatar faltas ou insuficiências do efectivo necessário para a normal prestação.
- Por conseguinte, entendemos que deve ficar expressamente consagrado que a chamada do trabalhador ao abrigo da **disponibilidade permanente** determinará **sempre** o pagamento dos suplementos legais, designadamente o pagamento de trabalho suplementar e subsídio de alimentação, sem prejuízo do pagamento do suplemento próprio.
- **Horário de Trabalho** – Propomos a alteração do n.º1 do art.º 23.º do Decreto-Lei 106/2002 para a possibilidade de se efectuarem **24 horas contínuas** de trabalho, regime que tem demonstrado ser o mais adequado às exigências desta actividade de prestação de socorro, salvaguardando o pagamento dos suplementos remuneratórios que a lei consagra, na parte que excede o regime geral de 35 horas semanais, como para todos os trabalhadores da Administração Pública.
- **Estatuto para Profissão de Desgaste Rápido** – Acautelar neste estatuto a consagração da profissão de bombeiro profissional como de **desgaste rápido**.

O PROBLEMA DA CALDEIRA AVARIADA NO QUARTEL DA CIE-ENCARNAÇÃO

Em inícios de Janeiro, o STML solicitou ao Vereador responsável pelo RSB uma intervenção urgente junto dos serviços municipais, propondo a reparação da caldeira do Quartel da CIE-Encarnação. Considerando que este problema se arrasta desde inícios de Dezembro último, não se percebe como se pode deixar as diversas equipas de operacionais sem água quente. Principalmente, quando todos sabemos que no decorrer das suas funções, é normal e imprescindível a toma de vários banhos por dia. A caldeira trata-se assim de um equipamento essencial à higiene diária dos profissionais afectos ao Quartel da CIE-Encarnação.

Relembramos que a Companhia de Intervenção Especial do RSB está sediada nesta instalação que, para além do normal serviço de socorro, ainda acumula outras valências como o serviço de Ambulâncias Pré-Hospitalar, a Equipa de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), a Equipa de Espeleologia, entre outras.



Em Dezembro, as chuvas fortes provocaram o encerramento do Arquivo Municipal e do Arquivo Fotográfico...

“Já parecem as obras de Santa Engrácia”, ecoa-se pelos corredores do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), sempre que alguém se refere às obras de impermeabilização dos pátios do núcleo do Bairro da Liberdade, iniciadas em Julho de 2022 e ainda por concluir.

De facto, segundo os técnicos de obra da CML, a intervenção estaria concluída entre três a quatro meses, e por isso a tempo das primeiras chuvas. Porém, na prática, em pleno Janeiro de 2023 ainda estão por concluir. Assim, o cenário de infiltrações de água que marcam há mais de uma década a passagem dos invernos pelo AML, voltam-se a repetir.

Longe de criticar a obra em si, que revela já capacidades para conseguir atingir a resolução de cerca de 80% dos pontos de infiltração inicialmente previstos, o que não se entende é a demora da sua conclusão. Independentemente das razões, por vezes demasiado evidentes aos olhos dos trabalhadores que testemunham diariamente uma intervenção morosa da empresa subcontratada para este fim, a verdade é que a fase de colocação da tela de impermeabilização do pátio ocorreu exatamente ao longo dos meses de Novembro e Dezembro, marcados por intensas chuvas que agravaram ainda mais os fenómenos de infiltração nos depósitos, com a existência de zonas em que a placa se encontrava “aberta” e por isso desprovida de qualquer poder de impermeabilização.

Prevendo tal cenário, os “protectores da memória da cidade” (quem mais?) zelaram pelo bem-estar da documentação, retirando-a e recolocando-a, protegendo os pontos mais críticos em depósito, conseguindo desta forma que a perda de documentação fosse quase inexistente.

O mesmo não foi infelizmente possível de prever nas áreas técnicas que concentram a maioria dos postos de trabalho, e onde o mesmo fenómeno levou à inundações de diversas salas, comprometendo a segurança de trabalhadores e munícipes. Como resultado, verificou-se o encerramento obrigatório das instalações do Bairro da Liberdade, a 14 de Dezembro, também do Arquivo Fotográfico a 13 do mesmo mês, reabrindo ambas portas ao público, no dia 20 do último mês do ano.

Igualmente no depósito do Alto da Eira, recordando que conheceu obras de “requalificação” há cerca de 5-6 anos, verificaram-se infiltrações a níveis invulgares (uma vez que sempre existiram, mas a níveis controlados), revelando que a colocação dos arquivos em edifícios de utilização múltipla, resulta na existência de diversos pontos críticos que não podem ser solucionados com obras de requalificação, por mais que estas sejam feitas e refeitas. Estes problemas têm origem nas próprias infraestruturas vocacionadas para diferentes actividades, muito distintas das necessárias para albergar documentação.

O que se trata no essencial, já é conhecido de todos e diversas vezes expresso nas edições do presente boletim, e que pauta a luta conjunta dos trabalhadores do AML e do seu Sindicato. Só um edifício de utilização única, construído ou readaptado numa zona central e acessível da cidade, edificado sobre as recomendações existentes para a construção de arquivos, poderá garantir a segurança e dignidade que a documentação com mais de 800 anos de história exige. Uma preocupação que naturalmente deve ser também pensada para a documentação presente e futura.



Ausência de respostas da CML aos problemas agravam o estado de espírito dos respectivos

Em Maio de 2022, o STML através dos seus Dirigentes e Delegados Sindicais que acompanham o sector da limpeza e higiene urbana, entregaram ao Presidente Carlos Moedas o *Caderno Reivindicativo* deste sector. Apesar de algumas reivindicações terem sido entretanto positivamente satisfeitas, muitas outras continuam por solucionar, revelando hoje maior desagravo para quem trabalha neste sector.

Um problema que ainda hoje está por resolver é o que se prende com a abertura dos espaços para toma de refeições nas instalações da higiene urbana. Um problema que justificou a feitura de um abaixo-assinado que, em tempo oportuno, será entregue ao Presidente da CML. A recolha das assinaturas terá início em breve em todos os locais de trabalho. Reproduzimos no essencial, o texto do referido abaixo-assinado:

Reabertura dos refeitórios/bares das Unidades de Higiene Urbana (UHU) Telheiras – Filipe da Mata – Valsassina – Olivais – Restelo

As instalações afectas às UHU da CML, nomeadamente as de Telheiras, Filipe da Mata, Valsassina, Olivais e Restelo desde sempre tiveram espaços destinados a refeitório/bar. Estes refeitórios/bares foram alvo de intervenção, quer com obras de qualificação quer com aquisição de equipamentos, que lhes garantiram as condições mínimas de funcionamento. Com a chegada da pandemia gerada pela Covid-19, estes refeitórios foram encerrados **provisoriamente**. Os motivos então apresentados pelas hierarquias do município (DMHU e DSHS), foram justificados pela necessidade e importância de prever e mini-

mizar os riscos de contágio decorrentes do contexto da pandemia.

Para colmatar as necessidades dos trabalhadores, perante o encerramento provisório destes espaços, foram colocadas máquinas de vending nas instalações das UHU. Estas máquinas, para além de não terem capacidade de resposta face ao número potencial de utilizadores, têm alimentos de pouca qualidade alimentar estando muitas vezes abastecidas apenas de “gomas e chocolates”. Por outro lado, situações já reportadas pelos trabalhadores como a existência de produtos fora de prazo ou condições higiénicas questionáveis, demonstram que a estratégia em recorrer a este tipo de equipamentos poderá não ser o mais adequado em múltiplas dimensões.

É irrefutável a necessidade destes refeitórios/bares voltarem a funcionar no menor espaço de tempo possível, assumindo hoje uma maior importância face às dificuldades económicas e sociais que atingem um número crescente de trabalhadores. É também a responsabilidade social da CML perante os seus funcionários, que interessa lembrar, defender e continuar a garantir num contexto socioprofissional de rendimentos baixos, apesar dos respectivos trabalhadores assumirem um serviço público essencial e como tal indispensável junto da população e da cidade de Lisboa.

Pelo exposto, os trabalhadores da Higiene e Limpeza Urbana da Câmara Municipal de Lisboa abaixo-assinado, exigem:



sentidos na limpeza urbana, trabalhadores

→ *A reabertura dos refeitórios/bares da UHU nos moldes em que funcionavam antes do seu encerramento temporário;*

→ *Que enquanto os refeitórios/bares não forem reabertos nas várias instalações, as máquinas existentes forneçam alimentos de maior qualidade e em quantidade suficiente face ao número de utilizadores, no estrito respeito por condições higiénico-sanitárias adequadas.*

Caso tal não se verifique no mais curto espaço de tempo possível, decidirão os trabalhadores com o Sindicato a realização das formas de denúncia e de luta que se considerem oportunas e indispensáveis objectivando a defesa dos seus direitos e expectativas.

A cultura dos castigos informais...

Um outro assunto que também tem perturbado os trabalhadores, é a prática dos 'castigos informais'. Sabe-se que muitas das chefias locais, sempre com o beneplácito das hierarquias superiores, utilizam o poder que detêm de forma arbitrária, muitas vezes incorrendo em práticas de chantagem, intimidação e coerção quando a sua vontade é colocada em causa.

Neste sentido, assiste-se regularmente às seguintes práticas:

→ **Proibição na realização de trabalho suplementar (extraordinário).** Geralmente trata-se de decisões transmitidas verbalmente, sem qualquer fundamentação clara, contrariando a norma que afirma a distribuição equitativa do trabalho suplementar a realizar por todos os trabalhadores que estejam disponíveis nesse propósito.

→ **Retirar das notas de ocorrência de determinado trabalhador o suplemento de insalubridade e penosidade** que a lei determina para todos os profissionais afectos ao sector de actividade da limpeza e higiene urbana. Uma prática que para além de desprezar o expresso legalmente, procura afirmar e impor o poder de quem manda em detrimento de quem deve obedecer e submeter-se.

→ **Não rotatividade nos circuitos**, atribuindo por tempo indeterminado os circuitos mais pesados sempre aos mesmos trabalhadores, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de acidentes, mas também de doenças profissionais.

Podíamos aqui referir outras práticas que ofendem e desprezam os trabalhadores da higiene urbana. No essencial, evita-se a todo o custo utilizar os instrumentos que a Lei de Trabalho em Funções Públicas dispõe no campo disciplinar, porque neste caso, teriam de ser devidamente fundamentadas e ao trabalhador alvo de inquérito ou processo disciplinar o direito de oposição e defesa. É, portanto, mais fácil intimidar e ofender arbitrariamente no imediato, sempre pela voz de quem manda, pois claro.

O Sindicato não deixará que esta 'cultura' que despreza os direitos e os interesses dos trabalhadores se mantenha por tempo indeterminado. Em conjunto com os associados do STML, a Direcção do Sindicato encontrará formas de protesto e luta que se justifiquem contra práticas do 'tempo da velha senhora'. Os trabalhadores devem ser tratados com respeito e dignidade e os seus direitos salvaguardados. Uma ideia que também se aplica logicamente aos seus deveres enquanto profissionais do sector da limpeza e higiene urbana.



STML finalmente reúne com a Direção Municipal responsável pelos Espaços Verdes e Cemitérios

Depois de largos meses à espera de uma reunião para debater os conteúdos dos cadernos reivindicativos dos espaços verdes e dos cemitérios, concretizou-se finalmente a 18 de Novembro o encontro pretendido e por várias vezes solicitado com a responsável máxima da respectiva Direcção Municipal (DMAEVE). Dos assuntos concretos debatidos, destacamos os seguintes:

NO ÂMBITO DOS JARDINS E ESPAÇOS VERDES

Sobre a crónica carência de trabalhadores-Jardineiros, foi transmitido ao Sindicato que em 2023 irá abrir um novo concurso de admissão de pessoal. Contudo, acrescentou a Directora Municipal as dificuldades de recrutamento face aos baixos salários que se praticam nesta carreira, para além de níveis baixos de formação para esta profissão. Sobre este tópico, o STML referiu uma vez mais a importância e a urgência em reactivar a Escola de Jardinagem, solução no campo do recrutamento e formação.

Foi acrescentado a abertura do concurso para encarregado de jardins (em fins de Dezembro), propondo colmatar a carência também sentida nesta categoria. Aliás, limitações de pessoal que justificam para a CML manter a política de externalização no plano da gestão e manutenção de muitos jardins e espaços verdes da cidade. Uma política sempre criticada pelo STML. Torna-se caricato, o facto da própria Direcção Municipal dos Espaços Verdes, admitir que em alguns casos a manutenção realizada pelas empresas contratadas pela CML deixa muito a desejar, havendo casos onde são inclusive colocadas em causa determinadas espécies vegetais. Admite-se, simultaneamente, o empenho diário dos profissionais da autarquia em responder a muitos dos problemas que as empresas privadas criam ou simplesmente não são capazes de dar resposta, o que só dá força às críticas que o Sindicato sempre tornou públicas.

O STML apresentou de forma exaustiva o *Caderno Reivindicativo* entregue em Junho ao Presidente da CML. Sobre as obras necessárias na maioria dos locais de trabalho deste sector de actividade, foi-nos transmitido que se iria apostar nos meios pró-

prios da autarquia para proceder às intervenções identificadas. Naturalmente, sempre que tal for possível, acrescentando a Directora Municipal que em relação às obras de maior envergadura, proceder-se-á a empreitadas.

No que diz respeito à falta de fardamentos, foi transmitido que o concurso está a decorrer, prevendo-se para inícios deste ano a entrega dos vários itens.

Por outro lado, sobre o problema identificado no *Caderno Reivindicativo* com os meios de transporte, foi assumido pela responsável hierárquica dos espaços verdes e existência de viaturas (carrinhas) em número insuficiente, para além de um número considerável de viaturas com bastante antiguidade. Considerou ainda, que uma vez que a frota pertence a outra Direcção Municipal, irá proceder no sentido de corrigir o actual estado das viaturas afectas aos espaços verdes.

Outra questão colocada pelo STML, foi a **não atribuição** do Suplemento de Insalubridade e Penosidade aos novos trabalhadores que nos últimos tempos têm integrado este sector de actividade. A Directora Municipal ficou de avaliar este problema com a Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH).

NO ÂMBITO DOS CEMITÉRIOS

No que diz respeito ao *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores dos cemitérios, entregue na CML em Julho do ano passado, apenas se abordaram as questões relativas à falta de coveiros, para além da necessidade também urgente na abertura de concurso para encarregados (o que, entretanto, já se verificou).

Por outro lado, abordou o STML a igual necessidade em resolver o quanto antes a questão da instalação de um posto de transformação de electricidade nas imediações do Cemitério de Benfica. Sobre este problema em concreto, referiu a Directora Municipal que já está definido entre a CML e a E-Redes, a sua localização.

Por último, face a muitas outras questões relacionadas com este sector de actividade que urge debater e encontrar soluções, e que constam no referido *Caderno Reivindicativo*, ficou assente realizar no menor espaço de tempo possível, uma nova reunião.

Reunião do Grupo de Trabalho STML/CML sobre a identificação das profissões de desgaste rápido

Como há muito o STML tem vindo a informar, foi por iniciativa do Sindicato que em 2017 se criou um Grupo de Trabalho conjunto com a CML com o objectivo de apresentar uma proposta à Assembleia da República que responda a uma reivindicação antiga de milhares de trabalhadores do município, nomeadamente a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido.

No final do ano passado, concretamente a 23 de Novembro, concretizou-se uma nova reunião deste Grupo de Trabalho, como oportunamente o Sindicato informou através das plataformas habituais. Reproduzimos, no essencial, o teor dessa comunicação.

Nesta última reunião, estiveram presentes da parte da CML, os dirigentes máximos da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS). Também presentes, o actual Director Clínico da Medicina do Trabalho, um médico do trabalho da autarquia e uma representante da Universidade Nova de Lisboa, da unidade de investigação em saúde.

Considerando o propósito deste grupo de trabalho, nomeadamente, a apresentação de uma proposta devidamente fundamentada em termos técnicos e sustentada em dados empíricos robustos, que procure avançar e concretizar a reivindicação que exige a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido, ficou acordado nesta última reunião, o seguinte:

- **Tendo a CML um grande número de trabalhadores distribuídos por uma enorme diversidade de profissões e tendo em consideração a incidência dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, ficou estabelecido iniciar o seu levantamento nos sectores operacionais com maior número de trabalhadores;**
- **A CML incluiu neste grupo de trabalho a Dr.ª Marília Paula, da Unidade de Investigação em Saúde “NOVA Medical School” da Universidade NOVA de Lisboa, que irá colaborar, por protocolo com a CML, nos estudos e recolha de dados sobre os factores de exposição aos riscos das profissões em causa;**
- **Ficou a CML de proceder à recolha dos referidos dados e apresentá-los na próxima reunião que deverá ocorrer expectavelmente no primeiro trimestre deste ano de 2023.**

Esperemos que os trabalhos sejam concluídos o mais depressa possível, permitindo alicerçar uma proposta concreta, devidamente fundamentada, que procure avançar e concretizar a reivindicação que exige a identificação e regulamentação de várias profissões serem consideradas de desgaste rápido, criando neste sentido melhores condições de trabalho e de vida para milhares de trabalhadores, mesmo para além do seu tempo de vida activa. São estes os objectivos e expectativas do STML, pelos quais continuaremos a trabalhar.

Iniciou-se a negociação sobre o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores das oficinas de reparação e manutenção mecânica

A reunião solicitada pelo STML para debater o *Caderno Reivindicativo* dos trabalhadores das oficinas, teve lugar no passado dia 11 de Janeiro. Presentes nesta primeira ronda, o Director Municipal da Higiene Urbana (DMHU), o Director do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM), os Chefes de Divisão e outros técnicos do DRMM, o Director Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e a Directora do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS).

Como pontos prévios, o Sindicato pediu esclarecimentos sobre as questões relacionadas com a organização do trabalho, como o gozo do descanso compensatório do trabalho ao domingo que, segundo o Director do DRMM, é uma questão resolvida e como tal ultrapassada. Por outro lado, o STML também referiu a impossibilidade anunciada da marcação de férias para finais de Julho – princípios de Agosto, supostamente justificada pelas actividades inerentes à semana da juventude católica. Perante a discordância do Sindicato, o Director do DRMM transmitiu que o que foi informado aos trabalhadores, é que iria haver limitação nessas marcações, salvaguardando, contudo, os casos envolvendo os pais com crianças pequenas e cujos infantários encerram nesta altura do ano, entre outras situações. Sobre esta matéria em concreto, o responsável da DMRH informou que está a preparar directrizes gerais para serem adoptadas pelos serviços, que apresentará ao STML em tempo oportuno.

Sobre os pontos que constam no *Caderno Reivindicativo*, abordou-se desde logo a urgência do reforço de pessoal. Neste tópico, o DMRH apontou a dificuldade em captar profissionais para as oficinas. Acrescentou ainda que nos concursos para Assistente Operacional, todos os candidatos que apresentem currículo adequado à área das oficinas, serão convidados a integrar este sector de actividade. Por outro lado, decorrem neste momento os concursos para Encarregado Geral Operacional e Encarregado Operacional.

No campo da formação profissional, certificada (interna e externa), prevê-se o seu início este ano.

Após a suspensão motivada pela covid-19, as consultas de medicina do trabalho foram retomadas. Ao STML foi igualmente comunicado que no Posto de Saúde dos Olivais, existe sempre um enfermeiro, excepto à sexta-feira, por ocorrerem as consultas de nutrição.

Os responsáveis hierárquicos da DMHU transmitiram ainda, a criação de um sistema de comunicação entre os vários serviços que compõem este sector de actividade, no intuito de haver um *alerta* imediato sempre que uma viatura chega às oficinas sem a lavagem adequada.

Em termos gerais, comunicaram ao STML a existência de fardamento para substituição, acrescentando que no campo das obras e melhorias no edificado e respectivos locais de trabalho, remetem para a direcção municipal responsável, nomeadamente a Direcção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC). O STML irá brevemente solicitar uma reunião de trabalho à DMMC de forma a perceber o porquê dos atrasos sistemáticos que todos reconhecem existir um pouco por toda a autarquia.

Devido à impossibilidade em debater e analisar nesta reunião todos os assuntos expressos no *Caderno Reivindicativo*, assumiu-se um próximo encontro para o próximo mês de Fevereiro.



PÚBLICA, SOLIDÁRIA COM MAIS DIREITOS!

Vitória da Lista B para o Conselho de Supervisão da ADSE

As eleições para o conselho de supervisão da ADSE deram a vitória à Lista B, a lista apoiada pelos sindicatos da Frente Comum, entre eles, o STML

Realizaram-se nos dias 28, 29 e 30 de Novembro a eleição para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, I.P, tendo saído vencedora a **Lista B com 13.212 votantes**, lista esta apoiada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, que integra o STML.

Esta eleição não teve, infelizmente, para a grande maioria dos beneficiários eleitores (929.626) a importância e o relevo que merecia. Apesar do aumento no número de votantes por comparação com as eleições anteriores, apenas 35.083 beneficiários usaram o direito que lhes assiste.

Num tempo em que a saúde é um bem escasso de que tantos necessitam, o alheamento dos beneficiários nesta matéria, no que concerne ao futuro e manutenção da ADSE, é no mínimo preocupante.

Podem-se evocar mil e uma justificações para a falta de participação, mas o sistema dá todas as hipóteses para que cada um de nós que desconta para a ADSE, possa participar na escolha dos seus representantes no órgão que, como o próprio nome indica, efectua a supervisão da ADSE.

Esta falta de participação é inconcebível tanto mais que passamos a vida (e com razão), a ouvir reclamações sobre o valor insuficiente das participações dadas pelos actos médicos a que nos sujeitamos, assim como a exorbitância do valor de 3,5% durante 14 meses que cada um de nós desconta para a ADSE do seu salário.

A defesa de uma ADSE pública e solidária, é o melhor caminho na defesa dos direitos dos beneficiários, defendendo-os da chantagem dos grupos privados de saúde que olham para o 'bolo' de 1.000 milhões de euros da ADSE, com um especial "apetite" na venda de serviços de saúde a preços exorbitantes, completamente desfasados de qualquer realidade.

Cabe-nos reflectir e defender no futuro aquilo que nos pertence! Cabe-nos a nós ajudarmos aqueles que agora elegemos, dando-lhes apoio e solidariedade numa tarefa difícil face aos "lobys" que se perfilam e que a ameaçam.

**Nós, sindicatos, estamos atentos.
Esteja cada um de vós também!**

O mapa de resultados foi o seguinte:

Beneficiários Eleitores com direito a voto	929.626
Votantes por voto electrónico	35.083
Votantes por correspondência	128
Votantes em mesa presencial	2.669
Lista A	4.931
Lista B	13.212
Lista C	4.417
Lista D	8.065
Lista E	4.422
Lista F	498
Lista G	2.007
Votos Brancos	217
Votos Nulos	111

Nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento Eleitoral, aplicado o método de Hondt, foram eleitos os 4 Representantes dos Beneficiários Titulares para o Conselho Geral e de Supervisão, com a seguinte distribuição:

Lista A	1
Lista B	2
Lista D	1



A Saúde e o Orçamento de Estado

Pela importância que o tema saúde assume para a vida de todos e em particular dos mais idosos, reproduzimos aqui o parecer da CGTP-IN sobre a proposta do governo para a Lei do OE/2023, no que respeita a esta dimensão.

“O Serviço Nacional de Saúde (SNS) sofre de subfinanciamento crónico por opção de sucessivos governos, que não inscrevem nos orçamentos do Estado as verbas necessárias para o cabal desempenho das suas funções (em 2022 foram orçamentados menos 1,1 M€ do que a despesa prevista), conduzindo-o a uma dependência dos serviços do sector privado.

A despesa efetiva total do SNS com a aquisição de bens e serviços (que inclui medicamentos, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, e parcerias público-privadas, entre outros) foi de 58% na execução acumulada até Agosto de 2022. Esta situação é inaceitável, pois o SNS é indispensável para assegurar cuidados de saúde universais e integrados, centralizados no utente, e para garantir a igualdade no acesso à saúde, independentemente do rendimento. Para 2023 prevê-se que perto de 55% da despesa efectiva consolidada do programa orçamental da saúde se destine à aquisição de bens e serviços a privados, crescendo esta despesa 3,7% face à estimativa para 2022, mais do que a despesa com pessoal (2,9%).

É urgente dotar o SNS do financiamento e meios necessários, assim como criar os serviços indispensáveis à melhoria da prestação do serviço às populações, para que os recursos não sejam drenados para o sector privado, alimentando o negócio da doença.

É preciso também uma política que reforce os meios humanos necessários, valorize, atraia e retenha os trabalhadores, incluindo o núcleo dos mais qualificados, de modo a que não saiam para o privado ou para o estrangeiro, pelo que importa valorizar

de forma efectiva as carreiras e profissões, bem como acabar com as situações de precariedade e subcontratação de profissionais no sector e de recurso a milhares de horas extraordinárias por ano. Importa ainda planear a resposta formativa às necessidades futuras em termos de profissionais de medicina e enfermagem para o SNS, acabando com a dependência e o bloqueio das ordens profissionais, bem como planear a distribuição dos profissionais pelo território, para assegurar a universalidade do acesso à saúde em todo o país.

O reforço do SNS exige uma estratégia global fundada em princípios e orientações fundamentais, nomeadamente a universalidade no acesso; a promoção da saúde; uma visão transversal (a saúde em todas as políticas); a promoção da saúde pública; a articulação dos serviços; o alargamento dos cuidados; a articulação com a saúde ocupacional; a erradicação das desigualdades sociais. Apesar das promessas do Governo, o número de utentes sem médico de família aumentou de cerca de 751 mil no final de 2016 para perto de 1 milhão e 300 mil em Setembro de 2022, de acordo com o Portal de Transparência do SNS.

É necessário combater o encerramento e concentração de serviços (de que a ameaça de fecho de urgências obstétricas é o mais recente exemplo), o encurtamento de horários como forma de resposta ao subfinanciamento crónico, o que só agrava as desigualdades sociais e territoriais. A cooperação entre o SNS e o poder local é necessária, mas não pode significar a transferência de competências, uma vez que se criariam novas desigualdades no acesso e na prestação de cuidados, conforme a capacidade financeira e a competência das autarquias, as quais não têm nem os meios nem os conhecimentos necessários à gestão das unidades de saúde, abrindo-se portas a futuras privatizações.”

As reuniões da Comissão de Reformados do STML passam a realizar-se no Edifício Municipal do Campo Grande, Sala 9, Avenida 5 de Outubro, nº 260. Todas as terceiras quartas-feiras de cada mês (excepto Agosto), pelas 14:30.

Uma grande Greve Nacional da Administração Pública!



“NÃO ACEITAMOS CONTINUAR A EMPOBRECER”

Foi este um dos lemas que pautou a jornada de luta de grande importância realizada a 18 de Novembro último. A greve nacional dos trabalhadores da administração pública demonstrou uma insatisfação bem vincada perante as opções políticas do governo PS.

Tendo em conta os níveis de mobilização e da adesão, podemos afirmar que os trabalhadores participaram em força nesta greve, e que fizeram sentir mais uma vez a força do seu descontentamento que de forma sistemática o governo liderado por António Costa continua a ignorar.

Com uma adesão estimada em termos globais de 80%, estivemos perante uma resposta clara que exige o aumento dos salários, a reposição de direitos, a valorização das carreiras, o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

A unidade reafirmada no dia 18 de Novembro, é um sinal inequívoco que o governo não poderá continuar a ignorar: os trabalhadores da Administração Pública exigem uma política diferente, que valorize o trabalho e garanta o reforço dos Serviços Públicos.

Mais: esta manifestação de repúdio, reafirma a necessidade de resposta aos problemas com que os trabalhadores da Administração Pública se confrontam, sublinhando a justiça das propostas constantes da Proposta Reivindicativa Comum para o corrente ano de 2023 exigindo a sua negociação efectiva. É sempre bom recordar que:

- **As propostas que o governo apresentou em negociação, relativamente a salários, são manifestamente insuficientes para responder ao quadro com que os trabalhadores se confrontam:**

- A inflação homóloga, em Outubro, era de 10,1%. O governo aprovou um “aumento” médio de 3,6%;
- Todos os trabalhadores que não ganham o SMN, por não terem visto os seus salários aumentados na mesma proporção, têm uma perda relativa de 276€;
- Só em 2022, todos os trabalhadores perderam o equivalente a 1 mês de salário. O governo não repôs nada dessa perda;
- As “actualizações” para as carreiras gerais, além de

insuficientes e de não se aplicarem a todas as categorias, deixam de fora todos os trabalhadores das carreiras especiais.

- **O Governo não deu nem dá resposta à PRC/2023, que contém as respostas aos principais problemas dos trabalhadores:**

- Continuamos a exigir a revogação do SIADAP. Exigimos um sistema de avaliação justo, equitativo, formativo, transparente e sem quotas;
- É necessário valorizar as carreiras que existem e criar/repor carreiras extintas;
- A defesa da estabilidade no trabalho e o fim da precariedade;
- O financiamento dos Serviços Públicos tem de ser adequado às necessidades. O SNS e a Escola Pública, são disso um claro exemplo.

- **A luta vai continuar, porque se impõe a urgência por uma política diferente:**

- Perante a ausência de respostas aos problemas dos trabalhadores, a sua luta vai continuar a traduzir o seu nível de descontentamento.
- Os trabalhadores não podem ser só enaltecidos, quando existem pandemias ou intempéries como recentemente aconteceu um pouco por todo o país. Enaltecidos com palmas, mas esquecidos das opções políticas quando se trata de valorizar rendimentos e repor direitos.
- O respeito pela dignidade dos trabalhadores e das suas famílias, não se coaduna com a insensatez e perversidade de quem nos governa, que opta pela clara injustiça sobre aqueles que são o suporte da aplicação das políticas públicas.

Por tudo isto, o STML e os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, das Juntas de Freguesia e das Empresas Municipais, continuarão a dizer presente, como o fizeram inequivocamente no passado dia 18 de Novembro, propondo alcançar uma vida melhor, para si e para os seus.

Frente Comum realiza acções de rua procurando denunciar os problemas que afectam os trabalhadores da função pública



Em Dezembro, a “Roda da (pouca) sorte”...

Delegados e dirigentes do STML marcaram presença no Rossio, na manhã do dia 22 de Dezembro, na iniciativa “Roda da (Pouca) Sorte”, promovida pela Frente Comum.

Esta acção teve como objectivo denunciar os muitos problemas que afectam os trabalhadores da administração pública (AP), mas também a crescente degradação dos serviços públicos. Pela negativa, são evidentes os resultados da falta de investimento na melhoria dos serviços públicos, abrindo caminho à sua privatização e colocando em causa o acesso universal como direito constitucional das populações.

A “Roda da (pouca) Sorte”, sorteou problemas e soluções, com base na realidade concreta que os trabalhadores e os utentes dos serviços públicos vivem. Ficou demonstrado que por cada problema concreto, existe uma solução que consta da *Proposta Reivindicativa Comum* para 2023 (PRC/2023). Urge, portanto, interromper e inverter o caminho do empobrecimento de quem vive do rendimento do trabalho, exigindo a resposta efectiva do governo PS aos problemas e às exigências dos trabalhadores.

Igualmente evidentes, as preocupações acrescidas com o futuro imediato, face à subida brutal do custo de vida, com a maior taxa de inflação dos últimos trinta anos. A Frente Comum prosseguirá a exigência de aumentos dos salários e das pensões dignos, a par da correcção da Tabela Remuneratória Única, da revogação do SIADAP, do reforço do investimento nos serviços públicos, no reforço da contratação de pessoal pondo fim aos contratos precários, entre outras reivindicações prementes.

No término da iniciativa de Dezembro, foram distribuídos aos participantes em formato de “presente”, cópias dum folheto sobre a PRC/2023, seguindo-se uma Conferência de Imprensa, onde se reafirmou a necessidade do prosseguimento da luta dos trabalhadores.



Em Janeiro, cantaram-se as janeiras ao primeiro-ministro...

A 5 de janeiro, no final do dia, uma centena de dirigentes, delegados e ativistas dos sindicatos afectos à Frente Comum, foram cantar as “Janeiras” junto à residência oficial do primeiro-ministro.

Esta acção de denúncia e luta teve como objectivo assinalar a entrada no novo ano, persistindo, contudo, os velhos problemas. Com o Orçamento do Estado aprovado pela maioria do PS, o ano de 2023 continuará a ser marcado pela redução do poder de compra dos trabalhadores da administração pública e pela degradação dos serviços públicos.

A concluir a iniciativa, elementos do secretariado da Frente Comum, deslocaram-se à residência oficial do primeiro-ministro, onde foram recebidos por um assessor, a quem entregaram um ofício com os seguintes assuntos:

- Degradação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da administração pública;
- Necessidade de reforço dos serviços públicos;
- Urgência de resposta à Proposta Reivindicativa Comum para 2023.

O ofício termina com a insistência na urgência de serem encontradas soluções para os problemas que assolam a vida dos trabalhadores da função pública e degradam os serviços públicos, exigindo uma efectiva negociação da PRC/2023, num processo a que o governo se tem recusado repetidamente. Ficamos a aguardar resposta urgente a esta missiva, manifestando como sempre, a nossa total disponibilidade para quaisquer reuniões que visem dar resposta aos problemas dos trabalhadores.

A luta ergue-se inevitavelmente no horizonte imediato!

Segundo os dados da inflação e as opções do governo em termos de política salarial para 2023,

os trabalhadores continuarão a perder rendimentos!

Com base nos dados oficiais divulgados a 15 de Novembro de 2022 pela Direcção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), aos quais se adicionam as remunerações base medias mensais ilíquidas de Julho de 2022 e os aumentos dos trabalhadores da Função Pública aprovados pelo governo para 2023¹, conclui-se que para este ano verificar-se-á, entre Julho de 2022 e 2023, uma redução 2,5% nas remunerações base ilíquidas (antes de quaisquer descontos) reais (depois de deduzir a inflação) dos trabalhadores das Administrações Públicas.

No entanto varia de categoria para categoria. Para médicos e dirigentes da Função Pública é por exemplo de -3,8%.

Se comparamos agora as remunerações dos trabalhadores da Função Pública de Janeiro de 2022 com as de 2023, conclui-se que o poder de compra das remunerações bases médias mensais ilíquidas reais dos trabalhadores reduziram-se (perderam poder de compra), entre Janeiro de 2022 e 2023, em **-8,9%**.

¹ De 52€ ou 2%, o maior dos dois, e em relação aos Técnicos superiores, Assistentes técnicos e Assistentes operacionais entrou-se com valorização das carreiras utilizando para isso a informação do site governo <https://www.portugal.gov.pt/> que embora abranja apenas uma parte dos trabalhadores destas carreiras cria a ilusão que são todos porque oculta o número de trabalhadores abrangidos

No entanto, essa redução varia de categoria profissional para categoria profissional. Esta perda de poder de compra continuada e geral dos trabalhadores da Administração Pública é confirmada no próprio *Relatório do Orçamento do Estado* para 2023 (pág. 135) com a “despesa com pessoal”, estimada para 2022 e prevista para 2023 pelo próprio governo, que a seguir se transcreve na íntegra.

Entre 2022 e 2023, a Despesa com pessoal da Administração Central aumentará, entre 2022 e 2023, apenas 3,7% segundo o governo, o que é praticamente pouco mais de metade da inflação prevista pela OCDE para 2023.

Por outro lado, a despesa com pessoal do “ensino básico, Secundário e Administração Escolar” até diminuirá em -0,2%, e a de Saúde só aumentará 2,9%, menos de metade da inflação prevista. Como é que com esta previsão de aumento de Despesa com Pessoal em 2023, muito inferior à inflação, se conseguirá valorizar as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente dos trabalhadores mais qualificados (médicos, enfermeiros, professores, técnicos superiores, etc.)? É evidente que quando o governo diz o contrário não está a falar verdade, pois a Despesa com Pessoal que equacionou no Orçamento para 2023 não permite nem impede a perda de poder de compra.

Eugénio Rosa, economista



Retomando o trabalho nestas áreas específicas, o STML esteve no Complexo Municipal da Boavista a 17 de Janeiro, no intuito de contactar os trabalhadores da Direcção Municipal da Cultura e do Departamento dos Direitos Sociais.

Como sempre, a prioridade destas iniciativas do Sindicato passa por conhecer os problemas dos técnicos e administrativos, procurando soluções e respostas consensuais aos seus problemas, que depois são encaminhados e apresentadas aos responsáveis hierárquicos e políticos da CML, com quem o Sindicato tem a obrigação de dialogar e negociar, representando e defendendo os direitos e as expectativas destes trabalhadores.

Há muito que o STML, por exemplo, tem criticado a falta de vontade política deste, mas também de anteriores executivos, no campo da **manutenção e conservação do edificado** onde estão instalados os mais variados serviços do município. Problema acrescido com a **inexistência de qualquer plano de emergência** na maior parte dos locais de trabalho da autarquia (?!). Aliás, no campo da prevenção e planeamento em situações deste tipo, desconhecem-se as medidas de autoprotecção ou os procedimentos a ter em conta pelos trabalhadores, o que revela o estado caótico em que a área da prevenção em casos de emergência atualmente se encontra, num problema, como referido, que se arrasta há muitos anos. Coerente com este cenário infeliz, a prática de simulações caiu por terra também há bastante tempo.

Outro assunto sobre o qual o STML não deixará de intervir, é que se prende com o **pagamento às ordens profissionais**. Dos compromissos assumidos pela CML em 2022 até à data, pouco ou nada se avançou. Lembra-se que o Vice-presidente da autar-

quia, em reunião com o sindicato, afirmou estar disponível para resolver positivamente este problema, dando inclusive orientações à DMRH para identificar nas várias direcções municipais o número de trabalhadores que poderiam estar abrangidos.

Não esqueçamos que um dos argumentos utilizados para a CML suportar os custos com o pagamento às Ordens, foi a valorização dos quadros técnicos do município, tantas vezes esquecidos e sempre mal pagos. Ideia subscrita pelo próprio Vice-Presidente.

Trata-se de trabalhadores que, para cumprirem com as suas funções ao serviço da autarquia, têm que obrigatoriamente estarem inscritos na respectiva Ordem, tendo, portanto, que estar sujeitos ao pagamento de uma anualidade cujo montante varia de profissão para profissão. O único caso em que tal se verifica actualmente, é nos trabalhadores-advogados que exercem em nome da CML as suas funções de advocacia. Todos os restantes – engenheiros, arquitetos, enfermeiros, psicólogos, veterinários, etc. – têm suportado os montantes em causa, o que é totalmente injusto e inaceitável.

Por último, não deixamos de lamentar os atrasos no seio da DMRH em relação aos processos de pedidos de trabalhadores que optaram por aderir à **fórmula do teletrabalho**. Desde o atraso na divulgação pública da ‘minuta’ que suporta esta pretensão (cerca de quatro meses), aos atrasos que se verificam desde o verão passado nos (in)deferimentos, mais parece que a CML entrou em hibernação, nunca mais despertando para a realidade do dia-a-dia que marca a vida dos seus trabalhadores. Infelizmente, sempre com prejuízos para estes últimos.

CGTP-IN reúne os seus sindicatos em plenário



A 12 de Janeiro realizou-se em Lisboa o plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN. Com a participação de centenas de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, entre os quais os do STML, foram debatidos os problemas concretos a nível dos setores de atividade e respetivos locais de trabalho, mas também as dificuldades mais gerais que afetam a vida dos trabalhadores portugueses e das suas famílias.

Da **resolução** aprovada no plenário, podemos ler que:

“Por todo o País, os trabalhadores sentem o aumento do custo de vida, a degradação do seu poder de compra, o ataque aos direitos, enquanto os lucros dos grupos económicos não param de aumentar.

(...)

O Governo, por sua vez, não responde aos problemas estruturais que o País enfrenta e avança com medidas muito insuficientes para resolver as dificuldades do dia-a-dia com que os trabalhadores, reformados e pensionistas estão confrontados e, ao mesmo tempo, deixa intocáveis os lucros das grandes empresas e dos grupos económicos e financeiros.

Os acordos negociados, tanto para o sector privado como para a Administração Pública, são um engano e um engodo. Em vez do tão propagandeado aumento, traduzem-se em empobrecimento garantido, benefícios fiscais para as grandes empresas e grupos económicos e aumento das desigualdades.

O governo PS com a sua maioria absoluta aprovou, na Assembleia da República, um Orçamento do Estado para 2023 que mais uma vez, não dá resposta às necessidades dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado, do desenvolvimento do País. Relativamente às pensões, o logro mantém-se. A revisão das pensões por via da inflação não resolverá o problema da não aplicação da fórmula de cálculo e dos seus impactos futuros e fica muito aquém da tão necessária reposição e melhoria do poder de compra.

Por outro lado, dá corpo às opções que servem o grande capital e os objetivos da direita e extrema-direita quando não regula os preços dos bens e serviços essenciais, não acaba com a especulação das grandes empresas e dos

grupos económicos e financeiros, não reduz para 6% o IVA da eletricidade, do gás e dos produtos alimentares e não taxa efetivamente os lucros, que continuam a aumentar.

(...)

Entrámos no novo ano com o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das populações, com os preços de bens e serviços essenciais a aumentar ainda mais. O aumento do custo de vida e a continua escalada de preços, os insuportáveis aumentos das taxas de juro dos créditos a habitação, a perda real e muito significativa do poder de compra de quem trabalha e trabalhou, anda a par e passo com a continua e injusta acumulação de lucros dos grandes grupos económicos potenciada pela especulação. É preciso ir muito para além de medidas pontuais e de carácter assistencialista. É urgente aumentar os salários e as pensões e regular os preços dos bens alimentares, da energia, dos combustíveis e de outros serviços essenciais.

A luta é o caminho!

*O **Plenário de Sindicatos** saúda todas as lutas em curso e as já programadas para os tempos mais próximos, bem como toda a luta desenvolvida e que já obteve resultados em muitas empresas e serviços, resultados de aumentos intercalares ou extraordinários dos salários, resultados de melhoria de outras prestações e subsídios, resultados na regulação de horários de trabalho, resultados na passagem a efetivos de trabalhadores com vínculos precários, resultados na garantia do exercício da atividade sindical e tantos outros!*

(...)

*Os trabalhadores sabem que é possível viver melhor no nosso País e não aceitam o discurso das inevitabilidades. Sabem, também, que precisam de **respostas imediatas ao agravamento da situação por via do brutal aumento do custo vida e, por isso, exigem:** o aumento dos salários e pensões, no imediato, a fixação de limites máximos nos preços dos bens e serviços essenciais e a aplicação de um imposto que incida sobre os lucros colossais das grandes empresas.”*



CGTP-IN condena ataque antidemocrático no Brasil

A CGTP-IN condena o assalto ontem [de 8 de janeiro de 2022] perpetrado por sectores de extrema-direita e fascistas contra instituições da democracia em Brasília, a tentativa de subversão da ordem constitucional e a ameaça de um novo golpe de Estado no Brasil.

Reveste-se de significado a resposta pronta das autoridades brasileiras no apuramento dos factos e dos responsáveis e o apego à democracia revelado pelo povo, que votou ao isolamento essas forças, as suas acções de violência e confrontação com as instituições, na sequência da derrota eleitoral do poder retrógrado e antidemocrático liderado por Bolsonaro.

Perante os imensos perigos que continuam a pairar sob a liberdade, a democracia, os direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo brasileiro, a CGTP-IN expressa a sua solidariedade às centrais sindicais e às organizações populares brasileiras no seu empenho na unidade democrática e na mobilização popular e de massas, e saúda as manifestações por si convocadas para hoje em todo o país em defesa da democracia e da soberania do voto – núcleo de direitos decisivo para dar passos na reposição e conquista de direitos laborais e sociais a que a imensa maioria dos trabalhadores e do povo aspiram com o governo de Lula.

Urgentemente

de Eugénio de Andrade

É urgente o amor

É urgente um barco no mar

É urgente destruir certas palavras,
ódio, solidão, crueldade,
alguns lamentos, muitas espadas.

É urgente inventar a alegria,
multiplicar os beijos, as searas,
é urgente descobrir rosas e rios
e manhãs claras.

Cai o silêncio nos ombros e a luz
impura, até doer.
É urgente o amor, é urgente
permanecer.



Eugénio de Andrade (1923-2005) foi um dos maiores poetas portugueses contemporâneos. Tem obras publicadas em várias línguas. Recebeu o Prémio Camões, em 2001.

Eugénio de Andrade, pseudónimo de José Frontinhas Neto, nasceu em Póvoa de Atalaia, pequena aldeia da Beira Baixa, Portugal, a 19 de Janeiro de 1923. Filho de camponeses, após a separação dos pais, passou sua infância em companhia da mãe. Com sete anos de idade mudou-se com a mãe para Castelo Branco. Em 1932 muda-se para Lisboa, onde frequentou o Liceu Passos Manuel e a Escola Técnica Machado de Castro. Em 1935 já mostrava seu interesse pela leitura, passando horas nas bibliotecas públicas.

Em 1936, Eugénio de Andrade começou a escrever os seus primeiros versos. Em 1938 enviou alguns poemas para o poeta António Bolto. Em 1939 publicou o seu primeiro poema "Narciso". Pouco tempo depois passou a assinar com o nome "Eugénio de Andrade". Em 1943 foi para Coimbra onde permaneceu até 1946, após cumprir o serviço militar. Em 1947, já em Lisboa, tornou-se funcionário público, exercendo durante 35 anos a função de inspetor administrativo do Ministério da Saúde. Em 1948 publicou o livro "As Mãos e os Frutos", que recebeu elogio dos críticos literários. Em 1950 foi transferido para o Porto. Em 1956 morreu a sua mãe, que tinha sido sua grande companheira. O poeta levava uma vida reservada, vivia distante da vida social e pouco aparecia em público. Paralelamente ao cargo público, Eugénio de Andrade publicou mais de vinte livros de poesia, publicou obras em prosa, antologia, livro infantil e traduziu, para o português, livros do poeta Federico Garcia Lorca, José Luís Borges ou René Char.